

**ASS.HUMANITÁRIA SOCIAL E
CULTURAL DE PINHANCOS**

Anexo

10 de março de 2026

Índice

Conteúdo

1	Identificação da Entidade.....	8
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3	Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1	Bases de Apresentação	9
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
4	Ativos fixos tangíveis.....	21
5	Ativos intangíveis	22
6	Inventários	23
7	Rendimentos e gastos	23
8	Subsídios e outros apoios das entidade públicas.....	24
9	Benefícios dos empregados	24
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	24
11	Outras divulgações.....	25
11.1	Investimentos Financeiros	25
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	25
11.3	Clientes e Utentes	26
11.4	Outras contas a receber	26
11.5	Diferimentos	26
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	27
11.7	Fundos Patrimoniais.....	27
11.8	Fornecedores	27
11.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	27
11.10	Outras Contas a Pagar	28
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	28
11.11	Fornecimentos e serviços externos	28
11.12	Outros rendimentos e ganhos	29
11.13	Outros gastos e perdas	29
11.14	Resultados Financeiros	29
11.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	30

Associação Humanitária Social e Cultural de Pinhanços

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária:

Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	1.995.747,48	2.018.347,78
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	5	1.505,52	1.505,52
Investimentos financeiros	11.1	10.656,39	10.656,39
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		2.007.909,39	2.030.509,69
Ativo corrente			
Inventários	6	17.388,13	11.954,67
Créditos a receber	11.3	26.094,10	27.757,42
Estado e outros Entes Públicos	11.9	7.507,30	6.821,17
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	11.2	2.046,00	3.905,50
Diferimentos	11.5	16.633,09	2.049,15
Outros Ativos Correntes	11.4	14.356,77	18.671,47
Caixa e depósitos bancários	11.6	1.814.920,79	1.510.737,64
Subtotal		1.898.946,18	1.581.897,02
Total do Ativo		3.906.855,57	3.612.406,71
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	115.207,14	115.207,14
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	11.7	3.132.131,38	2.851.511,77
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		149.714,10	153.204,48
		3.397.052,62	3.119.923,39
Resultado Líquido do período		251.621,38	280.619,61
Total do fundo do capital		3.648.674,00	3.400.543,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar			
Subtotal			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	35.651,03	32.229,83
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	11.9	29.071,74	22.952,88
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			192,00
Outras contas a pagar	11.10	193.458,80	156.489,00
Outros passivos financeiros			
Subtotal		258.181,57	211.863,71
Total do passivo		258.181,57	211.863,71
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.906.855,57	3.612.406,71

Pinhanços, 15 de Março 2026

A Direção

O Contabilista Certificado

Adriano Vilela da Cruz

ASS.HUMANITÁRIA SOCIAL E CULTURAL DE PINHANCOS

Largo Dr. Carlos Alves, 22

NIF:503493074 - Publicação em Diário da República

iii

Associação Humanitária Social e Cultural de Pinhanços

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	7	1.168.939,20	1.080.473,60
Subsídios, doações e legados à exploração	11.10	698.323,74	613.188,60
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(251.212,46)	(214.360,01)
Fornecimentos e serviços externos	11.1	(259.596,36)	(227.551,94)
Gastos com o pessoal	9	(1.057.731,15)	(938.267,66)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	11.12	30.805,42	10.080,55
Outros gastos e perdas	11.13	(13.754,78)	(2.866,95)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		315.773,61	320.696,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(84.109,89)	(72.448,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		231.663,72	248.248,07
Juros e rendimentos similares obtidos	11.14	19.957,66	32.371,54
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		251.621,38	280.619,61
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		251.621,38	280.619,61

Pinhanços, 15 de Março 2026

A Direção

Contabilista Certificado

António Alexandre S. Paes
 Adriano Videira da Cruz




Associação Humanitária Social e Cultural de Pinhanços

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	CD	SAD	LAR	CANTINAS SOCIAIS	OUTRAS	TOTAL
Vendas	1.267,56	411,84	48.066,38			49.745,78
Serviços prestados	71.147,75	153.281,11	889.088,06	1.850,00	3.826,50	1.119.193,42
Subsídios, doações e legados à exploração						0,00
Subsídios de Entidades Públicas						
ISS	26.306,19	152.517,55	444.666,50	29.411,15		623.490,24
Outras Entidades Públicas			13.741,87			43.153,02
Subsídios de outras entidades						0,00
Doações, heranças e legados			31.680,48			31.680,48
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-21.670,15	-77.126,00	-142.539,01	-9.877,30		-251.212,46
Fornecimentos e serviços externos	-22.755,00	-79.643,00	-151.527,48	-5.670,88		-259.596,36
Gastos com o pessoal	-37.840,00	-81.288,24	-933.707,91	-4.895,00		-1.057.731,15
Outros rendimentos e ganhos			30.805,42			30.805,42
Outros gastos e perdas			-13.754,78			-13.754,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	16.456,35	68.153,26	216.519,53	10.817,97	3.826,50	315.773,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.690,50	-16.873,00	-65.546,39			-84.109,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	14.765,85	51.280,26	150.973,14	10.817,97	3.826,50	231.663,72
Juros e rendimentos similares obtidos	1.995,77	6.690,04	11.271,85			19.957,66
Juros e gastos similares suportados						0,00
Resultados antes de impostos	16.761,62	57.970,30	162.244,99	10.817,97	3.826,50	251.621,38

Pinhanços, 15 de Março 2026

O Contabilista Certificado




 António Vitorino da Cruz

 A.Direção

 ASS.HUMANITÁRIA SOCIAL E CULTURAL DE PINHANÇOS

 Largo Dr. Carlos Alves, 22

 NIF:503493074 - Publicação em Diário da República



Associação Humanitária Social e Cultural de Pinhanços

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		1.194.362,15	1.140.501,47
Pagamentos de subsídios		(589.579,40)	(579.708,68)
Pagamento a fornecedores		(676.450,69)	(629.445,45)
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações		(71.667,94)	(68.652,66)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		375.671,81	728.078,46
Outros recebimentos/pagamentos			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		304.003,87	659.425,80
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(56.282,09)	(117.982,17)
Ativos intangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Juros e rendimentos similares		24.780,89	32.371,54
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(31.501,20)	(85.610,63)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Doações		31.680,48	20.908,76
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		31.680,48	20.908,76
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		304.183,15	247.875,03
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.510.737,64	1.262.862,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.814.920,79	1.510.737,64

Pinhanços, 15 de Março 2026

A Direção

Contabilista Certificado







Associação Humanitária Social e Cultural de Pinhanços

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2025

Unidade Monetária: Euros

DESCRICÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	115.207,14			2.851.511,77			153.204,48	280.619,64			3.400.543,03		3.400.543,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de reavaliados de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de realização de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7				280.619,61					(3.490,38)				(3.490,41)
					280.619,61					(3.490,38)				(3.490,41)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8													
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8													
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO														
Fundos														
Subsídios, doações e legados														
Outras operações														
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2025	10 6+7+8+10	115.207,14			3.132.131,38			149.714,10	251.621,38			3.648.674,00		3.648.674,00

Pinhanços, 15 de Março 2026

A-Direção
António Alexandre S. Rosa
Adriano Videira da Cruz

Contabilista Certificado



1 Identificação da Entidade

A Associação Humanitária Social e Cultural de Pinhanços é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 155 de 07/07/1995, Série III, com sede em Rua do Barreiro, nº 22 em Pinhanços. Tem como atividade o Apoio social para pessoas idosas com e sem alojamento e atividade de cuidados para crianças sem alojamento para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo

referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	126.718,19
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	112.974,89
...	
...	
Impostos Diferidos	
Total Ajustamentos	112.974,89
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	239.693,08

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	53.611,31
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
...	
...	
Impostos Diferidos	
Total Ajustamentos	-
Resultado Líquido SNC-ESNL	53.611,31

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de



gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	0
...	
Outros Ativos intangíveis	3

O valor residual de um “Cativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.



3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de

IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Ativos fixos tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transf	Revalor.	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	26.693,04					26.693,04
Edifícios e outras construções	2.292.537,75	89.871,53				2.382.409,28
Equipamento básico	429.752,26	15.519,88				445.272,14
Equipamento de transporte	122.010,39					122.010,39
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	52.175,25	7.602,86				59.778,11
Outros Ativos fixos tangíveis	76.473,29					76.473,29
Total	2.999.641,98	112.994,27	-			3.112.636,25
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	431.094,92	45.049,47				476.144,39
Equipamento básico	384.134,32	14.143,76				398.278,08
Equipamento de transporte	121.208,31	802,08				122.010,39
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	44.248,39	4.554,35				48.802,74
Outros Ativos fixos tangíveis	41.154,41	7.898,46				49.052,87
Total	1.021.840,35	72.448,12	-			1.094.288,47

31 de Dezembro de 2025						
	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Terrenos e recursos naturais	26.693,04					26.693,04
Edifícios e outras construções	2.382.409,28	20.090,26				2.402.499,54
Equipamento básico	445.272,14	5.330,01				450.602,15
Equipamento de transporte	122.010,39	36.089,32				158.099,71
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	59.778,11					59.778,11
Outros Ativos fixos tangíveis	76.473,29					76.473,29
Total	3.112.636,25	61.509,59				3.174.145,84
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	476.144,39	47.755,32				523.899,71
Equipamento básico	398.278,08	15.196,71				413.474,79
Equipamento de transporte	122.010,39	9.022,33				131.032,72
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	48.802,74	4.490,74				53.293,48
Outros Ativos fixos tangíveis	49.052,87	7.645,09				56.697,96
Total	1.094.288,47	84.110,19				1.178.398,66

5 Ativos intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2024						
	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
<i>Goodwill</i>						
Projectos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	12.732,72					12.732,72
Propriedade Industrial						
...						
Outros Ativos Intangíveis	2.165,52					2.165,52
Total	14.898,24					14.898,24
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	12.732,72					12.732,72
Propriedade Industrial						
...						
Outros Ativos Intangíveis	660,00					660,00
Total	13.392,72	-				13.392,72

31 de Dezembro de 2025

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Projectos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	12.732,72					12.732,72
Propriedade Industrial	-					-
...	-					-
Outros Ativos intangíveis	2.165,52					2.165,52
Total	14.898,24					14.898,24
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	12.732,72					12.732,72
Propriedade Industrial						
...						
Outros Ativos intangíveis	660,00					660,00
Total	13.392,72	-				13.392,72

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclas. e regul.	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclas. e regul.	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	2.416,34	40.628,67		3.065,69	46.008,05		3.450,92
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.131,13	172.838,54		8.888,98	210.637,67		13.937,21
Produtos Acabados e intermédios							
Produtos e trabalhos em curso							
...							
Total	12.547,47	213.467,21		11.954,67	256.645,72		17.388,13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				214.060,01			251.212,26
Variações nos inventários da produção							

7 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	49.745,78	45.343,51
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores	1.092.870,36	1.014.297,59
Quotas e Jóias	3.826,50	4.063,50
Outros Rendimentos	22.496,56	16.769,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
...		
Juros	19.957,66	32.371,54
Royalties		
Dividendos		
Total	1.188.896,86	1.112.845,14

8 Subsídios e outros apoios das entidade públicas

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo		
ISS	623.490,24	533.378,36
Subsídios de outras entidades	43.153,02	58.901,48
Doações	31.680,48	20.908,76
Total	698.323,74	613.188,60

9 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 e 2025.

Número Médio de Colaboradores		
	2025	2024
Quadro de Pessoal da Instituição	61	55
Contratos CEI e CEI+	1	1
Estágios Profissionais		
	62	56

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	861.949,47	766.348,96
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	179.344,26	159.634,00
Seguros de Acid. Trab. e Doenças Profissionais	10.153,26	6.259,47
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	6.284,16	6.025,23
Total	1.057.731,15	938.267,66

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	10.656,39	10.656,39
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	10.656,39	10.656,39

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Quotas	2.046,00	3.905,50
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	2.046,00	3.905,50
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

11.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c	22.501,79	24.165,11
Clientes		2.511,00
Utentes	22.501,79	21.654,11
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	3.592,31	3.592,31
Clientes		
Utentes	3.592,31	3.592,31
Total	26.094,10	27.757,42

11.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	13.094,96	17.126,03
...		
Outros Devedores	1.261,81	1.545,44
Perdas por Imparidade		
Total	14.356,77	18.671,47

11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	1.898,31	2.049,15
Serviços especializados		
Outros	14.734,78	
Total	16.633,09	2.049,15
Rendimentos a reconhecer		
Quotas		192,00
Total		192,00

1.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	4.001,11	9,18
Depósitos à ordem	373.613,18	87.487,95
Depósitos a prazo	1.437.306,50	1.423.240,51
Outros		
Total	1.814.920,79	1.510.737,64

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	115.207,14	0,00	0,00	115.207,14
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	2.851.511,77	280.619,61	0,00	3.132.131,38
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	153.204,48	0,00	3.490,38	149.714,10
Total	3.119.923,39	280.619,61	3.490,38	3.397.052,62

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	35.651,03	32.229,83
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Total	35.651,03	32.229,83

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7.507,30	6.821,17
Total	7.507,30	6.821,17
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	4.097,72	3.936,03
Segurança Social	24.974,02	19.016,85
Total	29.071,74	22.952,88



11.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				-
Remunerações a pagar		3.858,05		
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos		7.342,00		7.342,00
Credores por acréscimos de gastos		181.776,24		148.757,27
Outros credores		482,51		389,73
Total		193.458,80		156.489,00

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo		
ISS	623.490,24	533.378,36
Subsídios de outras entidades	43.153,02	58.901,48
Doações	31.680,48	20.908,76
Total	698.323,74	613.188,60

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	105.119,89	90.466,26
Materiais	22.895,84	20.086,76
Energia e fluidos	101.864,09	79.899,04
Deslocações, estadas e transportes	280,92	37,55
Serviços diversos	30.512,51	37.062,33
Total	259.596,36	227.551,94

11.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	171,02	384,90
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	9.155,54	
Outros rendimentos e ganhos	7.023,02	6.665,25
Total	16.349,58	7.050,15

11.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	1.371,85	287,20
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,34
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	12.382,93	2.579,41
Total	13.754,78	2.866,95

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	28,34	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	19.957,66	32.371,54
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	19.957,66	32.371,54
Resultados Financeiros	19.929,32	32.371,54

11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela direção em 15 de março de 2026.

Pinhanços, 15 de Março de 2026

A Direção

O Contabilista Certificado

António Alexandre S. Rou
Adriano Vidéria da Luz
[Assinatura]

[Assinatura]